

DESAFIOS DO ENSINO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: RELATOS DE UMA BREVE EXPERIÊNCIA NA GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
CHALLENGES OF THE TEACHING CULTURAL HERITAGE: A BRIEF EXPERIENCE OF UNDERGRADUATE STUDIES IN ARCHITECTURE AND URBANISM

Patricia Geittenes Tondelo¹

Resumo

A limitada carga horária dentro dos currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo estão entre os obstáculos enfrentados pelos professores das disciplinas sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Esse artigo busca discutir acerca ensino do patrimônio dentro da graduação, bem como partilhar os resultados da aplicação de uma metodologia ativa para despertar nos acadêmicos e futuros arquitetos, o interesse sobre o patrimônio cultural. A atividade busca estimular o ensino e a valorização cultural por meio da construção de Guias Regionais. Dentre os principais resultados, constatou-se que aplicação de metodologias ativas pode desempenhar um papel significativo atuando de forma a contornar os impactos da pouca carga horária, pois funcionam como estímulo para a realização de atividades extraclasse.

Palavras-chave: patrimônio cultural, arquitetura e urbanismo, ensino, metodologia ativa, guias regionais.

Abstract

The limited workload within the curriculum of architecture and urbanism courses are among the obstacles faced by teachers in disciplines related to preservation on brazilian cultural heritage. This paper seeks to discuss about teaching heritage within graduation, as well as to share the results of applying an active methodology to awaken interest in cultural heritage among academics and future architects. The activity aimed at teaching cultural valorization creating Regional Guides. Among the main results, it was found that the application of active methodologies can play a significant role in order to reduce the impacts of few hours, as they act as a stimulus for carrying out extra-class activities.

Keywords: *cultural heritage, architecture and urbanismo, teaching, active methodology, regional guides.*

¹ Arquiteta Urbanista. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PosARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2018). Doutoranda no PósARQ/UFSC. E-mail: ptondelo@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento, a noção de patrimônio envolvia a materialidade do patrimônio histórico vinculado a fatos memoráveis e de valor excepcional. Ao longo dos anos, a construção desse conceito se ampliando de forma a criar outras variações terminológicas do patrimônio, como o cultural, em um sentido mais amplo, e o imaterial, como parte deste primeiro. Do mesmo modo, ainda existe o patrimônio natural, que em razão do seu caráter singular, não se enquadra como material ou imaterial, mas se insere no patrimônio cultural devido à sua significância e fundamental importância para manutenção do planeta.

No que tange o ensino do patrimônio dentro das escolas de arquitetura e urbanismo, os conteúdos ligados à preservação do patrimônio passam a ser obrigatoriamente introduzidos no currículo mínimo dos cursos de arquitetura e urbanismo apenas a partir de 1994 por meio da Portaria n.º 1770/MEC (SAMPAIO, 2006; FARAH, 2008; SOUZA E PESSOA, 2020).

A disciplina surgida nos currículos mínimos das faculdades de arquitetura e urbanismo no Brasil, que tratou dos conteúdos relativos ao tema patrimônio cultural foi batizada Técnicas Retrospectivas (...). A portaria supracitada define a disciplina como o estudo da conservação, restauro, reestruturação e reconstrução de edifícios e conjuntos urbanos, deixando em aberto em quantas disciplinas ou em qual carga horária isto deve acontecer nos cursos de Arquitetura (...) não só o nome é genérico na definição da disciplina, como nenhuma diretriz de carga horária mínima e de conteúdo são definidos. A implantação deste conteúdo se torna vago e na prática cada escola vai adotar seus próprios critérios de implantação. (SOUZA E PESSOA, 2020).

Essa condição expõe as dificuldades e restrições para qual estão sujeitos os discentes e docentes dos cursos de arquitetura e urbanismo, bem como mostra a fragilidade da formação destes profissionais para atuar no campo do patrimônio. Esse panorama dentro da academia faz com que os atuais professores busquem estratégias de ensino para contornar essa situação e atender as ementas das disciplinas vinculadas ao patrimônio cultural. Nesse aspecto, as metodologias ativas se apresentam como uma estratégia viável e com resultados bastante satisfatórios, uma vez que colocam o acadêmico como protagonista e atuam de forma a desenvolver o pensamento crítico e a resolução de problemas. Muitas vezes, as atividades ativas criam necessidade de exercitar trabalhos extraclasse, tais como pesquisas bibliográficas e saídas a campo, o que resulta na ampliação e intensificação de tempo entre aluno e conteúdo da disciplina para além da carga horária mínima.

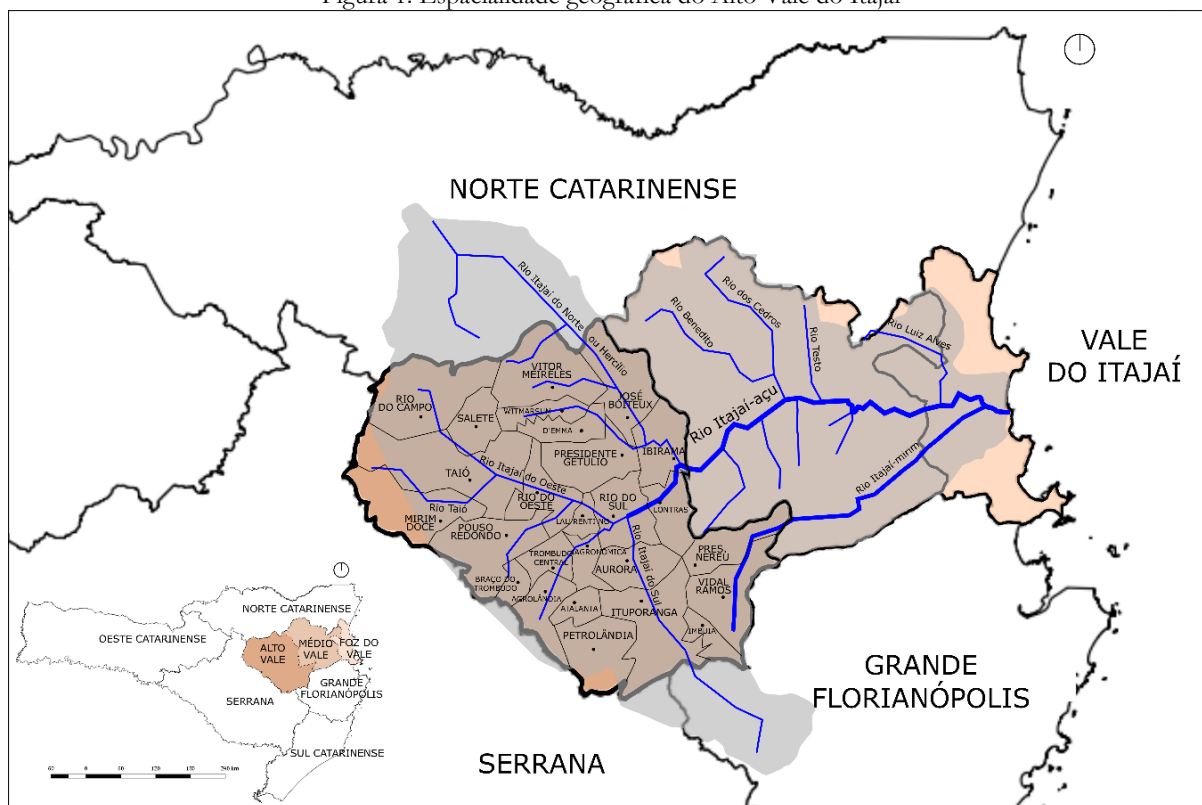
Esse artigo busca discutir acerca ensino do patrimônio dentro da graduação em arquitetura e urbanismo, bem como partilhar os resultados da aplicação de uma metodologia ativa em uma IES no estado de Santa Catarina. A atividade foi aplicada em parte do conteúdo disciplina de Patrimônio Arquitetônico e Restauração e objetivou a construção de Guias Regionais a serem partilhados entre a academia, as entidades municipais e a comunidade. O trabalho foi coordenado pela professora e autora deste artigo e teve a participação de 23 acadêmicos do 8º semestre do curso de arquitetura do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI).

2 ASPECTOS SOCIOESPACIAIS E O PATRIMÔNIO CULTURAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

O estado de Santa Catarina é dividido em seis macrorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí. A região do Vale do Itajaí é dividida em outras três subdivisões: o Alto Vale, o Médio Vale e a Foz do Itajaí (IBGE,

1990). O Alto Vale do Itajaí é composto por 28 municípios² no qual Rio do Sul se caracteriza com o município polo da região (Figura 1). Devido a esta qualificação, Rio do Sul sedia diversas organizações no âmbito regional, tais com a Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí, AMAVI, criada em 1960. (AMAVI, 2021).

Figura 1: Espacialidade geográfica do Alto Vale do Itajaí



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O território do Vale do Itajaí é drenado em direção ao oceano Atlântico pelo Rio Itajaí-Açu, seus afluentes e formadores. A geologia da região do Alto Vale é formada por terrenos de Cobertura Sedimentar Gonduânica, que conferem a região a presença de fraturas e falhas decorrentes da movimentação tectônica antigas que originaram um relevo com grande dissecação e amplitude altimétrica entre os topos dos morros e os fundos dos vales (SANTA CATARINA, 1991). As características do relevo e do solo, aliadas à variação altimétrica, abundância hidrográfica e alta pluviosidade resultaram em uma região repleta de cachoeiras, quedas e saltos d’água, algumas com quase 100 m de altura, como a cachoeira do Rio Saltinho em Chapadão do Lageado que possui uma queda d’água de cerca de 90 metros de altura. Apenas no município de Presidente Getúlio existem cerca de 140 cachoeiras.

No que tange a formação étnico-cultural existente na atualidade, a região é composta por pequenas porções de indígenas precedentes à colonização, somados a uma vasta porção de imigrantes vindos de diversas regiões da Europa, tais como Alemanha, Itália e Polônia.

A população indígena do Estado de Santa Catarina é composta por três povos distintos: Kaingang, Xokleng e Guarani, sendo os Xokleng em específico o povo que marcou a ocupação histórica do Alto Vale do Itajaí antes da colonização. Atualmente, os remanescentes Xokleng

² Fazem parte da Mesorregião do Alto Vale do Itajaí os municípios de Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Saleté, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles, Witmarsum.

estão concentrados em uma extensão fundiária denominada Terra Indígena (TI) de Ibirama *Laklãnõ*. A população da TI de Ibirama é composta de outras etnias além dos Xokleng, dentre elas famílias Kaingang, oriundas do Paraná, que foram trazidas para ajudar “pacificação” dos Xokleng por meio da concessão aos Kaingang do direito ao usufruto da terra; os Cafuzos que vivem na TI Ibirama são na verdade negros remanescentes da Guerra do Contestado, e famílias Guarani, que chegaram provenientes do sudoeste do estado e das fronteiras com o Paraguai e Argentina nos anos 50. A TI Ibirama tem cerca de 70% da área está dentro dos limites dos municípios José Boiteux e Doutor Pedrinho (ISA, 2021).

A população de imigrantes chegou à região do Alto Vale no final do século XIX e início do XX, após a estabilização da colonização dos outros dois vales próximos do litoral, Médio Vale e Foz do Itajaí. Segundo Zanella (2001), o objetivo da colônia Blumenau – principal colônia do Médio Vale – era formar núcleos de colonização alemã no território do município até serra geral. Para o autor, as principais causas do fluxo migratório em direção ao Alto Vale foram: o incentivo de padres franciscanos para a formação de novas comunidades no Alto Vale; e a abertura da estrada de rodagem.

Zanella (2001) ainda afirma que a colonização do Alto Vale do Itajaí ocorreu duas etapas distintas de colonização, O primeiro momento, de 1890 a 1913, se caracterizou pela concessão de grandes áreas de terras devolutas no qual pessoas e empresas foram beneficiadas, pelo Governo do Estado, em troca de abertura de estradas e do compromisso de colonizá-las. Já segundo momento, a partir de 1913, se caracterizou pela colonização de pequenas propriedades fruto das grandes áreas colonizadas anteriormente. “Os donos das grandes áreas, na sua maioria, acabaram vendendo as terras a novas empresas de colonização, interessadas em abrir caminhos e medir pequenas porções de terras de 25 hectares cada, em média, para vendê-las a colonos italianos e alemães, sendo muitos adquiriram vários lotes.” (ZANELLA, 2001, p.558). O auge desta colonização na região de Rio do Sul ocorreu nos até 1940, caracterizando-se como Ciclo da Madeira, devido à gigantesca extração de madeira das florestas de Mata Atlântica da região. De acordo com Klug e Dirksen (1999), o Ciclo da Madeira e o transporte ferroviário alavancaram a economia de todo o interior do Vale do Itajaí.

O Alto Vale do Itajaí é provido de uma diversidade cultural fruto da sua das suas etnias formadoras, indígenas e imigrantes europeus, que culminam e hábitos, costumes, assim como locais de memória e identidade para a população. Acrescenta-se a essa diversidade cultural formadora do Alto Vale, as conformações naturais singulares decorrentes da composição vegetal, geológica, hidrográfica e climática da região. Quando se considera a coletividade da região, o local é composto diversidade étnica e cultural bastante marcante. Nesse aspecto, ressalta-se a tradição indígena Xokleng da Terra de Ibirama *Laklãnõ*, que é expressa em elementos e símbolos da cultura material e imaterial, muitos dos quais apagados pela “pacificação”. Embora “hoje a cultura material dos Xokleng é produzida para uso imediato. Tangas e colares se destinam somente às festas do Dia do Índio, sendo jogadas fora após o uso. Há pequena produção de artefatos para o comércio” (ISA, 2021), antes da colonização:

(...) tanto os homens como as mulheres Xokleng fabricavam panelas e talhas de barro cozido; (...) usavam canoas de madeira de lei e jacás para transporte de mercadorias; faziam balaios pequenos, para guardar cinzas mortuárias; cestos revestidos de cera virgem para transporte de água; longas lanças de madeira, (...) cordas finas de samambaia, (...) colares de coco e miçangas; redes de pesca e tangas. Faziam grandes arcos de madeira de lei e flechas (...) botoque de pedra e de madeira, para o lábio inferior dos homens (...). (ISA, 2021).

De outro modo, o patrimônio cultural do Alto Vale vai além dos hábitos e costumes presentes no cotidiano dos seus povos, sejam eles patrimônios tangíveis ou intangíveis dos colonizadores e remanescentes indígenas. A região possui uma herança cultural referente a formas de vida existentes em períodos geológicos passados materializados em fósseis, patrimônio

paleontológico, assim como vestígios de sociedades e culturas já extintas ou quase extintas, patrimônio arqueológico. O município de Taió, em especial, é conhecido mundialmente pelo seu patrimônio Paleontológico, que culminou com a criação do Museu Municipal Paleo-Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen (MUPAH) (BEBER e ARNT, 2004). Os estudos paleontológicos na região tiveram início no final da década de 1920. De acordo com a pesquisadora Tania Lindner Dutra³ em publicação no endereço eletrônico de apresentação do MUPAH no ano de 2018:

A assembleia fossilífera de Taió (composta principalmente por restos de moluscos bivalvos, braquiópodes e equinodermados) foi descoberta em 1928 pelo Dr. Anibal Alves Bastos, engenheiro de Minas e geólogo. Desde este achado chamou a atenção dos paleontólogos, por sua semelhança com os bivalvos da Fauna de *Eurydesma*, em Nova Gales do Sul, Austrália.

Os fósseis foram rastreados e estudados por Rocha Campos (1964) são datados de 280 milhões de anos atrás e compõem a chamada paleofauna de Taió. De acordo com a Diretora do MUPAH⁴, “o município de Taió está entre os municípios mais importantes do Brasil em termos de localização do patrimônio cultural paleontológico”, sendo a concha bivalve *Heteropecten Catharinae* o patrimônio que representa a identidade da cidade.

Com relação ao patrimônio arqueológico, os sítios remetem a ocupação histórica jê meridional (Kaingang e Xokleng). De acordo com Reis e Almeida (2018), há quatro categorias de sítios identificadas na região: sítios líticos a céu; abrigos sob rochas; sítios compostos por estruturas subterrâneas; e um sítio composto por montículos. Nos sítios líticos a céu aberto, em especial, foram encontrados os artefatos arqueológicos, tanto por pesquisadores quanto por moradores durante a manejo da terra. De acordo com Rohr (1967), “entre os artefatos líticos, destacavam-se machados líticos, batedores, amoladores, quebra-coquinhos, pequenas lascas de sílex, núcleos (...) machados de corte alisado”. A Figura 2 apresenta alguns dos artefatos líticos encontrados no município de Taió e expostos no MUPAH.

³ O trecho citado consiste em uma apresentação da importância do patrimônio paleontológico para a comunidade de Taió escrita pela pesquisadora Tânia Lindner Dutra. O trecho foi retirado da página de apresentação do Museu Paleontológico, Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen e pode ser conferido por meio do seguinte endereço: <https://www.taio.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/20161/codNoticia/530225>. Acesso em 23 de outubro 2022.

⁴ O trecho citado consiste em uma colocação da diretora do Museu Paleontológico, Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen Marina Feliciano Peicher e pode ser conferido por meio do seguinte endereço: <https://www.taio.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/20161/codNoticia/530225>. Acesso em 23 de outubro 2022.

Figura 2: Artefatos líticos expostos no MUPAH, muitos foram encontrados pelos moradores e Taió durante o manejo da terra agrícola.



Fonte: A autora (2019)

3 PROJETO RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Entre 2006 e 2009 a AMAVI coordenou um projeto denominado “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico”, em parceria com o Ministério da Justiça (através da Secretaria de Direito Econômico e Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos, Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e as prefeituras municipais, cujo propósito era fomentar “o despertar para a causa da valorização do patrimônio cultural em cada cidadão” (AMAVI, 2006).

O projeto abrangeu a pesquisa, o levantamento e caracterização da herança cultural com ênfase no patrimônio histórico, na gastronomia, tradição e folclore. Para tanto foram desenvolvidas fichas de inventário e realizada a capacitação de agentes culturais para as visitas a campo, através de encontros e reuniões com representantes das prefeituras municipais (Agentes Culturais e representantes das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Turismo) e técnicos da Fundação Catarinense de Cultural. (AMAVI, 2006).

No que tange a metodologia de identificação dos patrimônios culturais, foram utilizados formulários de cadastramento dos bens culturais materiais e imateriais cedidos pela Fundação Catarinense de Cultura, que posteriormente foram formalizados em Inventários do Patrimônio Cultural de cada município e, numa proporção mais seletiva, Inventários do Patrimônio Cultural na escala estadual. O inventário municipal foi categorizado dando ênfase aos seguintes tópicos: a) Patrimônio Arquitetônico: Arquitetura Diferenciada – barragens e represas, chaminés, estufas de fumo, moinhos, rodas d'água, pontes, carvoeiras, alambiques e outros; Arquitetura Ferroviária – estações (cargas e passageiros), pontes, pontilhões, túneis, elevados construídos no início do

século XX, máquinas e equipamentos rodantes, trilhos, dormentes e outros; Arquitetura Especial – hospitalar, industrial, religiosa e outros. b) Gastronomia Típica: alimentação, bebidas e produtos coloniais. c) Folclore e Tradição: grupos de dança, música, teatro, corais, artesanato típico, contos e “causos” históricos. (AMAVI, 2006).

4 GUIAS REGIONAIS COMO DIDÁTICA DE INTRODUÇÃO AO PATRIMÔNIO REGIONAL

O Patrimônio Cultural engloba tanto o patrimônio material quanto o imaterial e o natural. O Patrimônio material pode ser entendido como o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor, seja ele arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937). O patrimônio imaterial abarca os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações formas de expressão e os lugares que abrigam práticas culturais coletivas, tais como os mercados, feiras e santuários (BRASIL, 2000). O patrimônio natural é formado por monumentos constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas, além de sítios naturais com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (BRASIL, 1972).

O trabalho proposto teve como objetivo introduzir criticamente o assunto patrimônio cultural ao aluno da 8ª fase do curso de arquitetura e urbanismo com o foco no estudo nos bens culturais materiais, imateriais formadores da identidade e memória coletiva do Alto Vale do Itajaí, bem como ampliar as discussões com relação a estes sujeitos. A didática visou contribuir tanto para a formação crítica de discentes, quanto na difusão do patrimônio cultural para a população como um todo por meio da publicidade dos Guias em plataformas digitais.

Para introdução do assunto, foi apresentado aos alunos o Inventário do Patrimônio Cultural realizado AMAVI em 2006, onde os acadêmicos puderam ter uma visão abrangente do patrimônio até então levantado e inventariado pelo projeto. Na sequência, os acadêmicos foram direcionados para a pesquisa e conhecimento de bens patrimoniais representativos da memória coletiva do Alto Vale seguindo três principais eixos de classificação do patrimônio – material, imaterial e natural. Os três eixos foram classificados em 07 temas específicos para desenvolvimento do Guia: Meu Guia enxaimel – equipe 1; Guia do Patrimônio Industrial do Alto Vale – equipe 2; Guia do Patrimônio Sacro do Alto Vale do Itajaí – equipe 3; Guia Casarões Alto Vale Itajaí – equipe 4; Guia do patrimônio Imaterial – equipe 5; Guia do Patrimônio Pontes e Estações – equipe 6; Guia do patrimônio natural do Alto Vale do Itajaí – equipe 7.

Uma vez distribuído os temas, cada equipe se responsabilizou e selecionar, pesquisar e organizar os patrimônios referente ao seu Guia seguindo 4 etapas. **1ª etapa – Conhecimento dos bens culturais:** Nesta etapa os discentes conheceram aspectos gerais dos bens culturais representativos da memória coletiva do Alto Vale do Itajaí por meio da leitura do Inventário do Patrimônio Cultural do Alto Vale realizado pela AMAVI em 2006 e outras bibliografias. **2ª etapa – Seleção e classificação dos bens culturais:** Nesta etapa foram criadas 7 classificações dentro de 3 eixos de estudo – material, imaterial e natural – resultando em 7 equipes com temas distintos de pesquisa. Ainda nessa etapa, as equipes realizaram a seleção de 10 a 15 patrimônios significativos dentro da sua temática para inserção no Guia. Os critérios de seleção englobaram a subjetividade no qual cada equipe e baseou especialmente na representatividade que os patrimônios selecionados têm para memória coletiva do Alto Vale. **3ª etapa – Pesquisa e revisão das informações:** Nesta etapa as equipes realizaram pesquisas bibliográficas referentes a cada patrimônio selecionado, revisando e referenciando as informações. As pesquisas bibliográficas foram realizadas em livros, teses, dissertações, sites e acervos documentais da AMAVI. **4ª etapa – Organização e confecção do Guia:** Nesta etapa as equipes pesquisaram e

organizaram a diagramação dos Guias seguindo modelos encontrados na internet, bem como realizaram a construção final do Guia utilizando ferramentas gráficas e digitais.

Em função da pandemia da Covid-19, toda a atividade foi realizada de modo remoto, exceto por parte de alguns grupos que se sentiram seguros de sair a campo para visitar os bens selecionados. Os resultados dos Guias foram socializados com comunidade e as entidades municipais durante um evento digital (online) com transmissão ao vivo no período da aula. Toda a atividade foi desenvolvida durante a pandemia da Covid-19, deste modo, além das dificuldades enfrentadas pela baixa carga horária da disciplina, havia uma nova forma de aula imposta pelo isolamento social, aulas digitais. Como uma estratégia para minimizar os impactos sociopsicológicos da pandemia, foi incentivado que os acadêmicos visitassem os patrimônios mais isolados, muitos desses, em regiões rurais.

Dentre as etapas, a de pesquisa e revisão das informações proporcionou relembrar os conteúdos das disciplinas de história da arte e da arquitetura. Os grupos atualizaram os textos de caracterização dos bens corrigindo equívocos e identificando elementos e estilos arquitetônicos que não haviam abordados nos inventários, como a origem da produção do tamanco artesanal em madeira e couro (*Galoschen*), que consta com portuguesa, porém, é de origem germânica⁵, ou ainda a identificação do estilo neocolonial da Casa Família Haverroth construída em 1955 em Ituporanga, que não é caracterizada como tal no inventário de 2006 (Figura 3 – A e B).

Durante esta etapa, alguns grupos buscaram atualizar os dados e fotografias dos bens através de saídas a campo com intuito de ampliar o conhecimento. O trabalho a campo proporcionou que os acadêmicos reavaliassem o estado de conservação, dialogassem com alguns proprietários, assim como identificassem moradores que utilizam o patrimônio como renda familiar. Com relação ao estado de conservação, o bem emblemático foi a casa do Sr. Leopoldo Prochnow, que no inventário é apresentada com cobertura em telhas originais e atualmente está recoberta com telhas de fibrocimento devido a um incêndio ocorrido em janeiro de 2019. Atualmente a casa está em processo de tombamento, sendo sua posse pertencente ao município de Agrolândia. Dentre os bens utilizados para renda, destaca-se Atafona Carlos Hajek⁶ construída em 1945 as margens do rio Selin em Ibirama, que ainda se encontra em funcionamento e está aberta à visitação (Figura 3 – C e D).

⁵ As informações sobre o tamanco germânico foram obtidas no artigo “Calçados - Colônias alemãs - Colônia Blumenau - Século XIX” da pesquisadora Angelina Wittmann e pode ser conferido por meio do seguinte endereço: <https://angelinawittmann.blogspot.com/2015/07/calcados-colonia-blumenau-e-regiao.html>. Acesso em 23 de outubro 2022.

⁶ As informações sobre a visitação da Atafona Carlos Hajek podem ser obtidas no site da Prefeitura de Ibirama: <https://www.turismoemibirama.sc.gov.br/turismo-rural>. Acesso em 23 de outubro 2022.

Figura 3: A) Produção do tamanco Artesanal em madeira e couro⁷ B) Residência neocolonial da família Haverroth⁸ C) Casa enxaimel Prochnow antes do incêndio em 2019 e a mesma residência em 2020, com a cobertura provisória em fibrocimento⁹ e D) Atafona Carlos Hajek ainda em funcionamento e aberta para visitação¹⁰



Fonte: Adaptado pela autora dos acadêmicos (2020).

Durante a realização da didática, alguns alunos identificaram outros bens significativos que não estavam catalogados no inventário da AMAVI (Figura 4 – A e B). Com relação aos bens não-inventariados em 2006, evidencia-se a casa enxaimel no bairro Fundo Canoas e Rio do Sul, carinhosamente batizada pela equipe de “4037 haus” e patrimônio imaterial indígena expresso pela bebida *Móng-ma*. “A bebida era preparada a partir de uma mistura de mel, água acrescida de suco de xaxim, que a tornava vermelha, fermentando durante o período aproximado de um mês, sendo, então, consumida na festa de perfuração dos lábios.” (VIEIRA, 2004).

Outro ponto interessante da atividade foi a expressividade dos bens provenientes dos remanescentes da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSA), no qual resultou em um Guia

7 “Guia do patrimônio Imaterial” desenvolvido pelas acadêmicas Aline da Cruz da Silva e Karine Wiggers.

8 “Guia Casarões Alto Vale Itajaí” desenvolvido pelos acadêmicos Gabriel Pinheiro, Rodrigo Wartha e Jonathan Bagatoli.

9 “Meu Guia Enxaimel” desenvolvido pelas acadêmicas Francisca Stela Hahn Cucchi, Miriam Leticia Sander Harbs, Thalia Nasatto, Andressa Carla Dalpiaz.

10 “Guia do Patrimônio Industrial do Alto Vale” desenvolvido pelas acadêmicas Eduarda Laís de Souza, Leticia Moraes e Maria Luiza Kreusch.

específico para a mesma (Figura 4 – C). A EFSA foi inaugurada em 1909 e desativada em 1971 e tinha o objetivo, por parte das lideranças locais, de efetivar a ligação de Colônia Blumenau com o planalto serrano. Estão entre os bens ferroviários selecionados pela equipe, diversas estações com estados de conservação que variam entre “mal conservada” devido ao abandono e “bem conservada” devido a sua reutilização para outros fins contemporâneos, assim como um número expressivo de pontes executadas com técnicas e materiais provenientes de da Europa. Neste Guia também foi incorporado parcela do patrimônio rodoviário, com destaque para a ponte Roberto Machado em Taió, cuja construção em madeira treliçada datada de 1953.

Figura 4: A) Casa enxaimel “4037 haus”¹¹ e B) Bebida “Móng-ma”¹² C) Patrimônio ferroviário e rodoviário do Alto Vale do Itajaí¹³



Fonte: Adaptado pela autora dos acadêmicos (2020)

O guia do “Patrimônio Natural” foi responsável por complementar o estudo do patrimônio cultural com levantamento dos bens naturais da região (Figura 5 – A). Neste guia foi apresentado um significativo número de quedas d’água na região, assim como grutas, cânions, reservas naturais e formações rochosas peculiares, em sua grande maioria, mesmo que em propriedades particulares, abertos para visitação pública. Neste aspecto destaca-se a Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Pitoco, formada por uma área de 3 hectares de remanescente florestal de Mata Atlântica, no qual possui uma cascata de aproximadamente 9

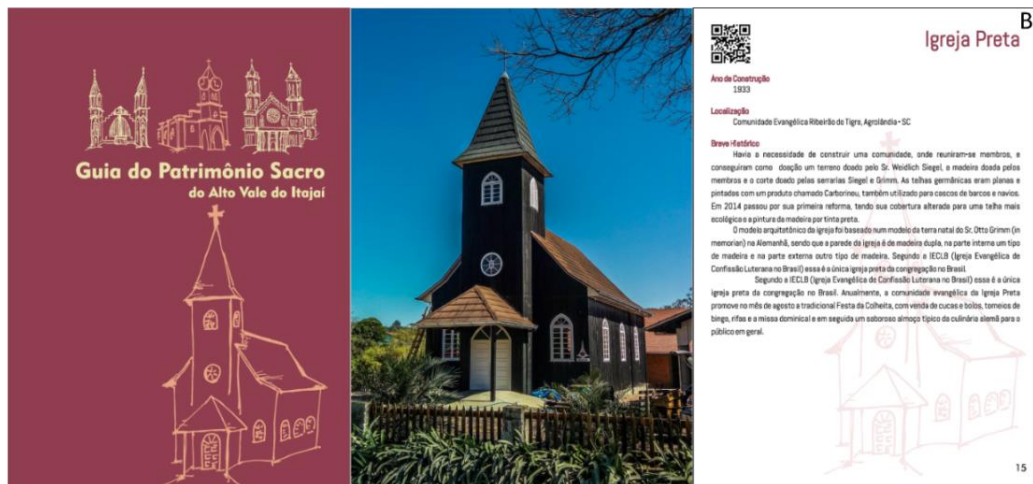
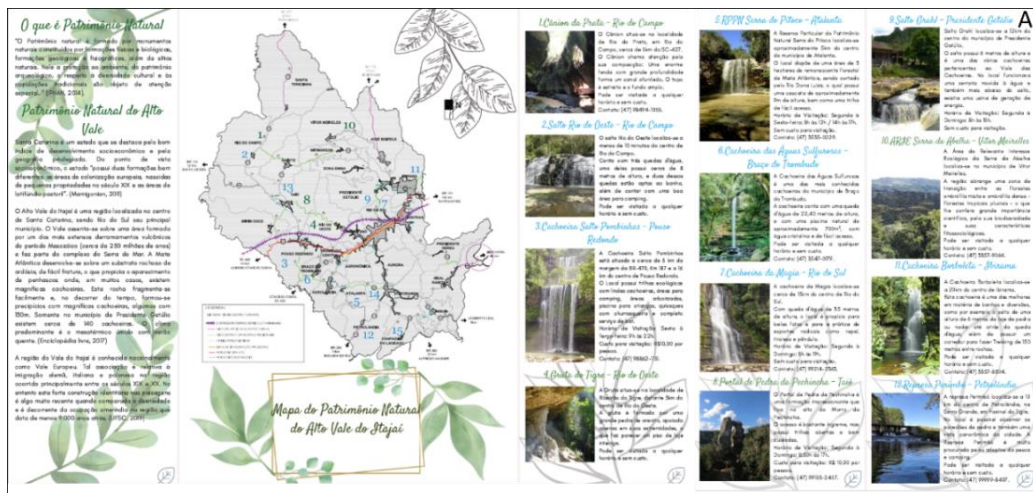
¹¹ “Meu Guia Enxaimel” desenvolvido pelas acadêmicas Francisca Stela Hahn Cucchi, Miriam Leticia Sander Harbs, Thalia Nasatto, Andressa Carla Dalpiaz.

¹² “Guia do patrimônio Imaterial” desenvolvido pelas acadêmicas Aline da Cruz da Silva e Karine Wiggers.

¹³ “Guia do Patrimônio Pontes e Estações” desenvolvido pelas acadêmicas Ana Caroline Willemann, Daiani Prochnow, Izabella Capistrano, Sabrina Calbusch Varela.

metros de altura formada pelo rio Dona Luiza. O Guia também apresentou a cachoeira das Águas Sulfurosas do município de Braço do Trombudo, o cânion do Rio da Prata em Rio do Campo e Gruta do Ribeirão do Tigre em Rio do Oeste. O Guia referente ao patrimônio arquitetônico sacro reuniu diversas igrejas que refletem a crenças predominantes na região, católicos e protestantes, e trazidas pelos imigrantes europeus (Figura 5 – B). Dentre as características arquitetônicas marcantes, salienta-se duas disposições de campanários, ambas acentuadamente verticais: campanário único localizado no centro da elevação principal e campanário em duas torres localizadas nas laterais da elevação frontal. Um templo em especial apresentou uma configuração singular remetendo ao estilo românico, a Igreja Evangélica Martin Luther em Ibirama. Dentre os elementos marcantes, destaca-se o uso do arco pleno, a planta em forma de cruz simples com quatro braços com proporções iguais e uma cúpula no cruzamento do transepto.

Figura 5: Principais patrimônios naturais selecionados pelo Guia do Patrimônio natural do Alto Vale do Itajaí¹⁴ B) Utilização de tecnologia para facilitar o uso e apresentação do Guia sobre as igrejas do Alto Vale do Itajaí¹⁵



Fonte: Adaptado pela autora dos acadêmicos (2020)

¹⁴ Guia do “Patrimônio Natural” desenvolvido pelas acadêmicas Ana Caroline Del Castagné, Lorena Emanuele Fridrich da Cunha, Tainara Leandro da Cunha.

¹⁵ “Guia do Patrimônio Sacro do Alto Vale do Itajaí” desenvolvido pelos acadêmicos Luiza de Oliveira, Marta Myllena Schmidt, Rodrigo José Rosa e Tassiely Ponticelli.

O número de igrejas e templos resultou em um caderno de patrimônio específico, o “Guia do Patrimônio Sacro”, no qual a equipe responsável inovou na sua apresentação, criando um código QR (*QR Code*) atrelado a localização dos bens em uma plataforma de serviço, pesquisa e visualização de mapas (*Google maps*). Por meio deste artifício, o usuário do Guia pode acessar a localização e traçar o melhor caminho para acessá-lo.

Os resultados dos Guias foram socializados com comunidade e as entidades municipais através de um evento *online* com transmissão digital e ao vivo durante o período da aula, denominado “aula aberta”. A aula foi organizada e divulgada por meio das mídias sociais da IES, assim como foram enviados convites via *e-mail* para entidades municipais e a AMAVI. Essa postura buscou valorizar o trabalho desenvolvido pelas discentes, bem como construir uma ponte entre a academia, a comunidade e as entidades municipais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade didática proporcionou aos acadêmicos a introdução do patrimônio representativo da memória coletiva do Alto Vale do Itajaí, por meio da confecção de Guias Regionais desenvolvidos a partir do material de apoio “Inventários do Patrimônio Cultural do Alto Vale” realizado pela AMAVI em 2006. O banco de dados funcionou com um ponto de partida para as pesquisas acadêmicas que resultaram na identificação de outros patrimônios não inventariados, tais como os outros povos formadores da região, como os remanescentes indígenas, o patrimônio arqueológico e o paleontológico.

Em função da pandemia da Covid-19, toda a atividade foi realizada de modo remoto. As saídas a campo para visitar alguns bens em áreas isoladas proporcionou atividades extraclasse que auxiliaram na motivação dos acadêmicos durante o período de isolamento social. Em alguns casos, os acadêmicos conseguiram conversar com alguns proprietários dos bens selecionados, possibilitando assim um contato bastante enriquecedor que, de certo modo, atenuou os impactos psicossociais decorrentes da pandemia.

Outro aspecto bastante contributivo da atividade foi a interdisciplinaridade proporcionada pela revisão teórica das informações retiradas dos cadastros dos bens inventariados em 2006. Essa revisão possibilitou que os acadêmicos relembassem os conteúdos das disciplinas de história da arte e da arquitetura, permitindo a correção de terminologias referentes a técnicas construtivas, estilos e elementos arquitetônicos. Ademais, o discente foi levado a ter um contato direto com crenças, festividades, tradições, hábitos, costumes, culinárias e artesanatos despertando assim, não só a consciência sobre a sua responsabilidade sociocultural, mas também a importância do compartilhamento de saberes para preservação da identidade e da memória cultural do Alto Vale.

A atividade proposta auxiliou de forma a ampliar o conhecimento e a discussão dos patrimônios como intuito de contribuir para formação crítica no acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo. Neste aspecto, a socialização dos resultados em uma “aula aberta” proporcionou que os acadêmicos se tornassem os protagonistas da atividade, funcionando com um estímulo a mais no desenvolvimento da tarefa.

Salienta-se que é possível avançar ainda sobre o ensino do patrimônio, seja por meio da inclusão de projetos de pesquisa e extensão para tratar do nosso legado na escala local e regional, seja pela aplicação e metodologias ativas no qual os acadêmicos se tornam os personagens principais da história. Por fim, nota-se a necessidade de preparar profissionais capacitados para enfrentar os desafios de lidar com a preservação do nosso patrimônio cultural, afinal de contas, é preciso “conhecer para preservar”, mas também “treinar para saber praticar”, pois sem isso, não há patrimônio, nem memória e muito menos profissionais capacitados para trabalhar com sua preservação.

REFERÊNCIAS

AMAVI. **Perfis municipais**. 2021. Disponível em: <https://www.amavi.org.br/municipios-associados/perfil> . Acesso em: 23 out. 2022.

_____. **Projeto Resgate do Patrimônio Histórico**. 2006. Disponível em: <https://www.amavi.org.br/areas-tecnicas/cultura-turismo/patrimonio-historico>. Acesso em: 23 out. 2022.

BEBER, Marcus Vinícius; ARNT, Fúlvio Vinícius. **Casas subterrâneas em Taió, SC, Brasil**. In: Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul. 20 a 23 de novembro de 2006, Rio Grande, RS.

_____. **Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

_____. **Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

_____. **Decreto nº. 80.978, de 12 de dezembro de 1977**. Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.

FARAH, Ana Paula. **Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado**. História (São Paulo), v.27, n.2, p.31-47. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742008000200003>.

INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL (ISA) (2021). **Xokleng**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng> . Acesso em: 02 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1990). **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas** (PDF). Biblioteca IBGE. Acesso em: 23 out. 2022.

KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. **Rio do Sul: uma história**. Rio do Sul: Ed. da UFSC, 1999. - 35 p.

REIS, Lucas Bond; ALMEIDA, Fernando Silva de; BUENO, Lucas Reis. **Entre ‘estruturas e pontas’: o contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul e o povoamento do Brasil meridional**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 13, n. 3, p. 597-623, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300007>

REVISTA DA AMAVI. **Potencialidades e Oportunidades de Investimento no Alto Vale do Itajaí**. Rio do Sul; Gráfica Tambosi, 2004.

ROCHA CAMPOS, Antônio Carlos. **Contribuição à estratigrafia da região de Taió, Santa Catarina**. 1964. Tese (Doutorado em Estratigrafia e Sedimentação) - Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1964.

ROHR, João Alfredo. **O sítio arqueológico de Alfredo Wagner: SCVI-13**. Pesquisas-Antropologia, São Leopoldo, n. 17, p. 1-24, 1967.

SAMPAIO, Júlio Cesar Ribeiro. **A conservação na formação do arquiteto: o caso do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora**. In. I Jornada do Patrimônio Cultural no Espírito Santo, 2006. Vitória, Anais, UFES, 2006. CD-ROM.

SOUZA, Mariana Vaz de; PESSÔA, José. **Patrimônio cultural, novas tratativas no ensino de arquitetura e urbanismo na graduação**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 244.03, Vitruvius,

2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.244/7877>. Acesso em: 02 mar. 2021.

VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e Reelaboração na Cultura material dos Xokleng. 2004.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2004

ZANELLA, Fiorello. **A colonização italiana no Alto Vale do Itajaí.** In: Piazza Walter F. (Org.). Italianos em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 2001. v 2, p. 529-610.

SANTA CATARINA. **Atlas escolar de Santa Catarina.** Florianópolis: SEPLAN, 1991.